

Índice

O último preconceito admissível.....	1
Desculpas para um progressismo intolerante.....	3

O último preconceito admissível

Várias polémicas recentes surgidas nos Estados Unidos e na Europa colocam perante a opinião pública uma pergunta incómoda: pode orgulhar-se como tolerante uma sociedade que receia a intervenção dos cristãos nos debates públicos sobre temas éticos ou sociais controversos?

Na sua [sentença a favor de Jack Phillips](#), o pasteleiro denunciado perante a Comissão de Direitos Cívicos do Colorado por se recusar a fazer um bolo para um casamento *gay* por motivos religiosos (“Aceprensa”, 5.6.2018), o Supremo Tribunal norte-americano considerou que vários membros desse organismo atuaram com um claro preconceito antirreligioso. Na sentença, redigida pelo juiz Anthony Kennedy – que noutras decisões tem sido favorável às queixas da comunidade LGTB – citam-se alguns comentários que refletem falta de imparcialidade e “hostilidade para com as sinceras crenças religiosas que motivaram a sua objeção”.

À margem de como evolui a jurisprudência nos conflitos deste tipo, de momento o ensinamento é claro: a obrigação de não discriminar atinge toda a gente. Daí que Kennedy tenha recordado à Comissão o seu dever de aplicar de forma equitativa a lei do Colorado, “que é uma lei que dá proteção contra a discriminação, seja por motivos religiosos, seja por motivos de orientação sexual”.

Tolerância seletiva

Sobre esse duplo padrão advertiu [em setembro](#) o deputado britânico Jacob Rees-Mogg, católico praticante, quando os apresentadores do popular programa “Good Morning Britain”, da cadeia televisiva ITV, o hostilizaram enquanto tentava explicar por que se opunha ao aborto em todas as circunstâncias e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (“Aceprensa”, 8.3.2018). “É muito bonito dizer que vivemos num país multicultural, até ao momento em que a pessoa se declara cristã e veicula as posições tradicionais da Igreja católica”, defendeu-se.

O enredo voltou a repetir-se em maio na BBC, com a diferença de que o deputado *tory* já não se deixou encurralar. A apresentadora do programa “Daily Politics”, Jo Coburn, perguntou-lhe insistentemente se tem algum problema com o facto de que uma deputada do seu próprio partido, Ruth Davidson, noiva de uma mulher, esteja à espera de um filho. Rees-Mogg respondeu que, como pai de seis filhos, não pode senão alegrar-se com a notícia do próximo nascimento, embora não partilhe a sua conceção de casamento. E depois de elogiar as qualidades profissionais da sua colega, perguntou à jornalista: “Acredita na tolerância religiosa?”.

Coburn colocou-se então na defensiva e disse-lhe que sim, que ela só fez a pergunta por causa daqueles que insinuem que a sua fé o desqualifica para ocupar um cargo público... Neste ponto, o deputado aproveitou para transmitir uma mensagem clara e diferente: “Este país acredita na tolerância religiosa. Somos um país muito tolerante. A prática da tolerância envolve tolerar coisas com as quais não estamos de acordo e não somente aquelas com as quais estamos de

acordo. O problema da tolerância liberal é que chegou a um ponto em que só tolera aquilo de que gosta”.

Um Estado dono das ideias

Um exemplo do que denuncia Rees-Mogg é a tolerância seletiva do primeiro-ministro canadiano Justin Trudeau, referência mundial do liberalismo progressista. Nos seus discursos encontramos acesas defesas da sociedade inclusiva: “A nossa celebração da diferença deve estender-se igualmente às diferenças de valores e crenças. A diversidade inclui a diversidade política e cultural”, [disse em maio](#) aos estudantes da Universidade de Nova Iorque (NYU).

Trudeau encorajou-os a romper com “a mentalidade de tribo”, que consiste em levar a sério “unicamente as pessoas que pensam como nós”. E pediu-lhes que se esforcem por escutar e compreender os que têm crenças e valores diferentes dos seus.

Todavia, as suas palavras contrastam com uma das decisões mais polémicas que adotou este ano o seu governo. Até agora, no Canadá, as pequenas empresas, entidades sem fins lucrativos e organizações do setor público que empregam estudantes durante o verão, beneficiavam de um subsídio. Mas o governo do Partido Liberal decidiu condicionar a receção dessas ajudas a que as entidades declarem o seu compromisso a favor dos “direitos reprodutivos”, incluindo o aborto.

Desta forma, Trudeau anula a diversidade que celebra nos seus discursos. E exige a todas as entidades que queiram optar pela ajuda pública (muitas delas, de inspiração religiosa) a adesão às suas convicções. “Parece que existe um confessionalismo politicamente correto, que obrigaria as Igrejas a assumir como seus os valores do governo”, [observa](#) Ignacio Aréchaga (“El Sónar”, 17.4.2018).

Com efeito, aos defensores desse novo confessionalismo de Estado é-lhes insuportável a diversidade. Como explica Rafael Navarro-Valls no seu livro [“Entre dos orillas. De Barack Obama al Papa Francisco”](#), “alguns setores políticos entendem que o Estado deve resumir em si todas as verdades possíveis. Deveria transformar-se – dizem – em guardião de um determinado património moral (que costuma coincidir com os chamados ‘novos valores emergentes’) e que lhe confere poderes ilimitados”. Daí que pretendam converter o Estado em “dono e senhor”, não “simplesmente guardião”, do mercado livre das ideias.

Inimigos da consciência

Sobre o risco do laicismo intolerante tem vindo a advertir há anos o Observatório de Intolerância e Discriminação contra os Cristãos, com sede em Viena. No seu [relatório de 2018](#), descreve mais de 500 casos ocorridos na Europa durante os anos de 2016 e 2017. Não estão todos, mas dá uma ideia das formas mais ou menos sofisticadas que pode adotar a intolerância nas democracias liberais.

Nesta edição refinou a terminologia, mas mantém o essencial: a denúncia de uma hostilidade anticristã com três vertentes diferentes. Uma social, que inclui desde estereótipos e piadas humilhantes até agressões físicas e vandalismo em igrejas; outra legal, referente às restrições a direitos fundamentais como a liberdade religiosa e de consciência, a liberdade de expressão ou o direito dos pais a educar os seus filhos de acordo com as suas convicções; e outra política, centrada nas tentativas de marginalizar as manifestações públicas da fé.

A sensação que deixa a leitura do relatório é que há aqueles que se consideram legitimados para pôr em quarentena determinados pontos de vista e fazer restrições aos que, segundo eles, não têm nada a trazer para as sociedades modernas. Com este preconceito de base, é fácil terminar aplicando [o guião esboçado por Herbert Marcuse](#) para silenciar os discordantes (ver artigo seguinte: Desculpas para um progressismo intolerante).

Juntamente com os termos “intolerância” e “discriminação”, o relatório introduz a palavra inglesa *squeeze* para se referir a diferentes formas de pressão, como as restrições à liberdade de consciência: em França, um farmacêutico foi suspenso temporariamente por se negar a vender um DIU; na Bélgica, uma residência de idosos católica foi multada por proibir um médico de aplicar a eutanásia nas suas instalações; na Irlanda do Norte, um casal de cristãos evangélicos foi multado por recusar fazer um bolo com um lema favorável ao casamento *gay*; na Suécia, duas parteiras foram denunciadas pelos seus empregadores por se negarem a participar em abortos...

O relatório reserva o termo *smash* para os incidentes mais graves, muitos dos quais perseguidos pelas legislações nacionais como “delitos de ódio”. Chama a atenção o elevado número de atos de vandalismo nalguns países da Europa Ocidental, como França, Bélgica, Áustria, Alemanha ou Espanha.

Estereótipos humilhantes

Na mesma linha, um [relatório do governo escocês](#) reflete como a animosidade para com os católicos ganhou força na Escócia. Durante os anos de 2016 e 2017, 57 % das vítimas de delitos de ódio por motivos religiosos foram católicos (384

denúncias); seguem-se os protestantes (165), os muçulmanos (113) e os judeus (23).

Em março, depois de um notório caso de vandalismo numa igreja católica próxima de Glasgow, a deputada trabalhista Elaine Smith pediu ao governo do seu partido que levasse a sério o facto de que os católicos acumulam mais agressões do que os fiéis das restantes confissões juntas. E fez notar que enquanto os alertas contra a “islamofobia” e o antissemitismo tinham conseguido ter impacto no debate público, faltava fazer o mesmo com o anticatolicismo, [informa o “The Catholic Herald”](#) (20.3.2018).

Quando outra deputada do seu partido lhe recordou o esforço económico que o governo estava a fazer para prevenir o sectarismo, Smith respondeu-lhe citando o arcebispo de Glasgow, Philip Tartaglia, para quem “o problema não é tanto o sectarismo [em geral] como o anticatolicismo”, que é uma forma muito concreta de sectarismo.

Isto não significa que tenham de ser aprovadas leis anti-discriminatórias que protejam especificamente os católicos. Bastaria aplicar o regime geral, que garante a igualdade de todos perante a lei, incluindo o tratamento com respeito por parte dos meios de comunicação. Neste ponto, é interessante sublinhar uma das recomendações feitas no seu relatório pelo Observatório de Intolerância e Discriminação contra os Cristãos: “Os líderes de opinião devem estar conscientes da sua responsabilidade na elaboração de um discurso público tolerante e abster-se de lançar estereótipos de forma negativa para com os cristãos ou o cristianismo”.

Neste sentido, os bispos escoceses [protestaram](#), porque um projeto gerido pela BBC da Escócia difundiu na sua página do Facebook um vídeo que apresentava os católicos como pessoas que odeiam os *gays*, enquanto parodiava de modo ofensivo a Eucaristia.

Do mesmo modo que não é expectável encontrar na BBC uma paródia a denegrir os homossexuais, tão-pouco a deveriam sofrer os católicos. A não ser que se admita claramente que a hostilidade anticristã se converteu “no último preconceito socialmente aceitável na Europa”, como [advertiu](#) há quase uma década a jurista e política austríaca Gudrun Kugler.

J. M.

Desculpas para um progressismo intolerante

A ideia de que se pode fazer calar os outros para conseguir mudanças sociais encontra apoio no ensaio “Repressive Tolerance” (1965), de Herbert Marcuse. O texto é também um anúncio profético das formas de censura contemporâneas em nome da diversidade.

Marcuse escreve num momento em que a cultura dominante nas democracias ocidentais reflete um certo consenso cristão nos costumes e nos estilos de vida. Juntamente com outros pensadores da Nova Esquerda, propõe uma contracultura que substitua aquela e se converta ela própria em hegemónica.

O filósofo e sociólogo da Escola de Frankfurt não tem nada de relativista. A sua ideia de tolerância não é a mera indiferença do *laissez-faire*. De facto, segundo ele, esta tolerância passiva adultera o verdadeiro ideal da tolerância, que é “um objetivo de tomar partido, um conceito subversivo e libertador e, enquanto tal, uma práxis”.

A tolerância não pode ser neutral. Para alcançar a meta de uma sociedade que permita o máximo poder de auto-determinação, faz falta tomar partido. O que, para Marcuse, exige “intolerância para com as práticas, credos e opiniões políticas dominantes”, por um lado, e “a extensão da tolerância a práticas, credos e opiniões políticas que sejam desprezadas ou sejam reprimidas”, por outro.

Orwell contra Marcuse

A “tolerância libertadora” que prega Marcuse, combate a aparente neutralidade das sociedades democráticas, onde “a opinião tola é tratada com o mesmo respeito que a inteligente”. Mas esta imparcialidade não é inocente, pois cria a sensação de pluralismo, enquanto “protege de facto o já estabelecido cozinhado da discriminação”.

Ao manter este estado de coisas, onde se castigam os comportamentos que se desviam do considerado normal e desejável pela cultura dominante, a neutralidade mostra o seu verdadeiro rosto: revela-se como “tolerância repressiva”, que afoga e impede a capacidade do povo para deliberar e escolher.

Os modernos meios de comunicação de massas não trouxeram mais diversidade. Por estarem concentrados em algumas poucas mãos, “a divergência efetiva fica sufocada onde podia erguer-se sem obstáculos: na criação de opinião”. Daí que só interessa a realidade expressa “pela linguagem que se publica e se prescreve”.

Neste ponto, Marcuse recorre à *nova linguagem* de George Orwell para denunciar como a linguagem “da maioria conservadora” frustra a liberdade de pensamento e de expressão. Mas é uma referência que se volta contra si próprio, à medida que avança o ensaio. Como não recordar as palavras de ordem do partido único no romance “1984” (“A guerra é a paz”, “A liberdade é a escravidão”, “A ignorância é a força”) quando Marcuse sugere que, sob determinadas condições, a tolerância pode tornar necessária a censura e, inclusivamente, a violência? Não seria mais fácil admitir que a tolerância que defende é intolerância?

Responder fora da lei

No estado de coisas descrito por Marcuse, que ele identifica com o próprio de “uma democracia de organização totalitária”, é quando, na sua opinião, se torna legítimo tirar o pó do ideal da tolerância “parcial e intolerante”. O que significa “que não devem ser obstruídos os caminhos pelos quais poderia desenvolver-se uma maioria revolucionária, e se forem obstruídos por uma organizada repressão e doutrinação, nessa altura a sua reabertura exigirá evidentemente meios não democráticos”.

É verdade que algumas das medidas propostas por Marcuse, como a retirada da liberdade de expressão e de associação a grupos defensores da “discriminação por motivos raciais ou religiosos” também se encontram previstas pelas democracias liberais contemporâneas, que não devem tolerar os comportamentos que vão contra os seus próprios valores ou que ameaçam a convivência pacífica. Daí que essas democracias se tenham vindo a dotar de normas que colocam limites claros ao que é admissível na sociedade.

Mas o princípio liberal da intolerância para com os intolerantes não pode ser um cheque em branco aos que pretendem exercer a justiça por sua conta e decidir quem são os ultras e quais são as ideias extremistas que não se podem tolerar.

No ensaio de Marcuse nem sempre é clara a justificação desse princípio, como quando sugere a possibilidade de estabelecer “novas e rigorosas limitações das doutrinas e práticas das instituições pedagógicas que, segundo todos os seus métodos e conceções, servem para encerrar o espírito no universo estabelecido de expressão e comportamento, e com isso prevenir à partida uma racional estimativa das alternativas”. À falta de exemplos, não entrariam aqui todas as “práticas, credos e opiniões políticas dominantes” – como escrevia no princípio do seu ensaio – que se opõem ao seu projeto de sociedade permissiva?

Tão-pouco são tranquilizadoras as distinções que faz entre “a violência reacionária” dos poderes estabelecidos e “a revolucionária” dos que “lutam contra a falsa consciência”, nem as suas diatribes contra “a lei e a ordem”, que “são sempre e em todo o lado, a lei e a ordem dos que protegem a

hierarquia estabelecida”, nem o recurso a “meios extralegais, uma vez que os legais se tenham revelado insuficientes”.

Torna-se perigosa a sua ideia da intolerância preventiva, reservada “aos movimentos retrógrados *antes* que possam tornar-se ativos”. E embora esta afirmação seja precedida da alusão “aos discursos dos chefes fascistas” que prepararam a Segunda Guerra Mundial, não exclui a possibilidade de “que também seja exercida intolerância contra (...) os conservadores e a direita política”, se isso servir para libertar a tolerância genuína. “Isto é, à partida, censura, inclusivamente censura prévia, mas uma que se dirige contra uma censura mais ou menos dissimulada que impregna os meios de comunicação de massas”.

Herança envenenada

Após a [revolta do ano de 1968](#), o consenso de fundo que tanto irritava Marcuse deixou de ser dominante. O que sugere que nem era tão opressivo nem tão antidemocrático que tenha impedido vir a ser substituído pela contracultura. Pelo menos no Ocidente, hoje vemos que na agenda política ganham peso muitas das causas que impulsionaram os movimentos sociais de cariz libertário ao longo dos anos 60 e 70 do século passado.

A tolerância seletiva que propõe Marcuse, rompe as regras do jogo da ordem liberal. E não é desejável que os agora integrantes da minoria cultural recorram às suas táticas extralegais. Mas é de perguntar até que ponto a ideia de ser “perfeitamente admissível quebrar alguns poucos ovos para fazer uma omelete progressista”, [nas palavras de Kim Holmes](#), não terá encorajado as [novas formas de censura](#) que hoje procuram controlar a forma de pensar e de se expressar dos outros (“Aceprensa”, 16.7.2014).

Para Holmes, esta seria a herança envenenada que deixou a Nova Esquerda ao progressismo contemporâneo: “A intolerância é vista como uma coisa boa se servir para impulsionar uma certa ideia de libertação social”. E assim, é aceite pela nova cultura dominante “como um bem ao serviço de uma causa na qual se acredita”.

Em fundo, existe uma enorme desconfiança na capacidade das democracias liberais para tolerar as disputas de valores. E concluía: “Qualquer que seja o nome que dermos a esta nova cultura norte-americana, não podemos chamá-la de progressista, porque a tolerância é a prova de fogo do verdadeiro progressismo”.

J. M.